

# O ABC do Mercado Voluntário de Carbono



**Capítulo 14:  
Como o mercado voluntário de carbono pode apoiar o REDD+?**

## Capítulo 14: Como o mercado voluntário de carbono pode apoiar o REDD+?

O mercado voluntário de carbono (MVC) incorpora a Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal mais (REDD+) por meio da certificação e comercialização de créditos de carbono gerados por atividades voluntárias que buscam reduzir o desmatamento. **Padrões de carbono** desenvolveram metodologias para certificar tipos específicos de atividades de REDD+. Existem diversas normas voltadas especificamente para a certificação de REDD+ em escala jurisdicional.

---

### O que é REDD+?

---

REDD+ significa "Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação, além de conservação, manejo sustentável e aumento de estoques florestais". REDD+ é uma estrutura de incentivo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) para que os países em desenvolvimento reduzam emissões florestais e aumentem o sequestro de carbono nas florestas. **Os programas de REDD+ são criados** em nível nacional por governos na forma de programas jurisdicionais. Projetos subnacionais complementares de REDD+ podem ser desenvolvidos por entidades públicas ou privadas.

**REDD+ pode funcionar** como um mecanismo de pagamentos baseados em resultados (PBR) por meio do qual os países recebem pagamentos em troca da redução das emissões de desmatamento. REDD+ também pode ser vinculado aos mercados de carbono e funcionar como um mecanismo baseado no mercado que é financiado por meio do comércio **de créditos de carbono**.

Em 2013, a Conferência das Partes da CQNUMC adotou o "Quadro de Varsóvia para REDD+" (WFR na sigla em inglês), um conjunto de sete decisões da CQNUMC, como as regras que regem o REDD+. O WFR fornece critérios para que os países em desenvolvimento implementem REDD+, meçam resultados, implementem salvaguardas e acessem financiamento. O WFR incentiva os países a desenvolver programas nacionais ou jurisdicionais para orientar a implementação de REDD+ e exige que os países estabeleçam estruturas nacionais de apoio ao monitoramento e salvaguarda florestal. Os programas nacionais de REDD+ definem medidas para combater o desmatamento e conservar e aumentar os estoques de carbono florestal. Os resultados de REDD+ são medidos em toneladas de dióxido de carbono (tCO<sub>2</sub>) em relação a um Nível de Referência

Florestal (Emissões) (FREL na sigla em inglês).

O WFR exige que os países desenvolvam estruturas nacionais de contabilidade para os resultados de REDD+. Contabilidade e implementação patrocinadas pelo governo a nível subnacional podem servir como etapas intermediárias para implementação nacional. Os países participantes podem decidir sobre as medidas de REDD+ que tomarão para reduzir o desmatamento e a degradação, aumentar os estoques de carbono florestal ou gerenciar florestas de forma sustentável. A participação em abordagens baseadas no mercado, incluindo o MVC, é uma maneira de os países alcançarem resultados de REDD+. A figura 14.1 fornece uma visão geral da história do REDD+.

Governos podem apoiar programas jurisdicionais de REDD+ que são certificados por [padrões de carbono](#), como o [Jurisdictional and Nested REDD+ Framework \(JNR\)](#) da Verra e a [Arquitetura para Transações de REDD+ / Padrão de Excelência Ambiental de REDD+ \(ART/TREES na sigla em inglês\)](#). Governos também podem apoiar atividades de REDD+ em nível de projeto em seus territórios como parte de medidas públicas para reduzir o desmatamento e a degradação florestal ou para incentivar os desenvolvedores de atividades privadas a desenvolver e financiar projetos e programas que contribuam para os resultados de REDD+.

Os governos podem facilitar os investimentos em REDD+ específicos do local no contexto de programas jurisdicionais, esclarecendo e protegendo direitos de terras, recursos e [carbono](#). Para incentivar investimentos no MVC, os países podem desenvolver ambientes regulatórios que facilitem o investimento direto em atividades de REDD+ por meio do MVC. As agências governamentais também podem ser desenvolvedores de projetos ou parceiros de implementação. As agências governamentais podem fazer parcerias com agências subnacionais, autoridades (por exemplo, serviços de parques), organizações da sociedade civil e povos indígenas e comunidades locais ([PIs&CLs](#)) para desenvolver projetos de REDD+ e vender créditos.

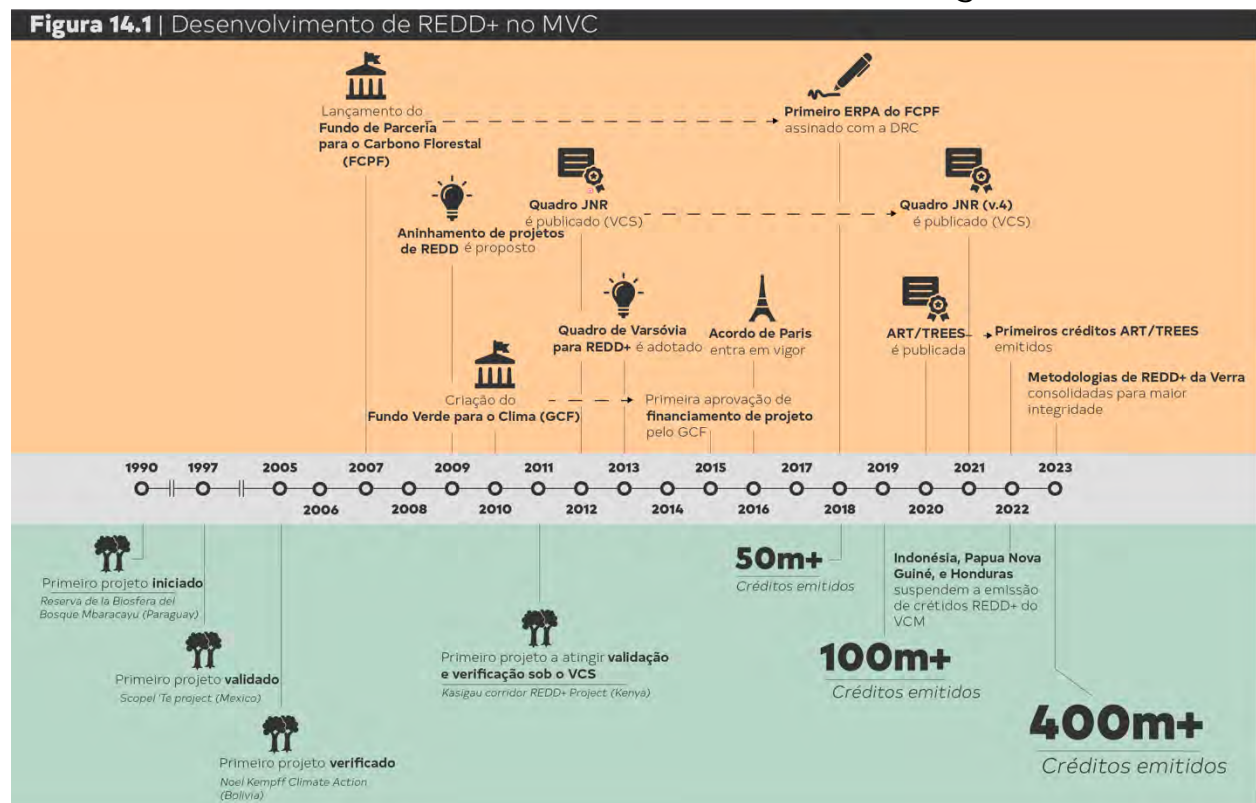
O WFR cria a arquitetura necessária para recompensar os países em desenvolvimento por meio de PBR para benefícios de REDD+. O WFR também reconhece que o financiamento baseado no mercado, como o MVC, pode exigir critérios adicionais para receber pagamentos, como verificação independente de resultados. O Acordo de Paris abre a possibilidade de créditos de carbono florestal e REDD+ serem transacionados sob as modalidades que regem as [Abordagens Cooperativas previstas no Artigo 6](#) do Acordo.

Os países podem desenvolver programas cooperativos de REDD+

sob o Artigo 6.2 do Acordo de Paris, e os projetos de REDD+ podem ser credenciados sob o Artigo 6.4 do Acordo de Paris, desde que atendam aos requisitos do mecanismo e sejam aprovados pelos governos. Os atores privados podem solicitar autorização para participar de tais programas e projetos nos termos do Artigo 6.2 e 6.4. Embora os programas de REDD+ também possam continuar sob o MVC, a autorização sob o **Artigo 6** é necessária se os participantes quiserem garantir que as reduções de gases de efeito estufa (GEE) sejam apoiadas por ajustes correspondentes e não sejam contabilizadas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs na sigla em inglês) do país anfitrião.

## Como o REDD+ é integrado ao MVC?

REDD+ é uma categoria de soluções baseadas na natureza (SbN) certificada no MVC. REDD+ pode incluir desmatamento evitado (DE), manejo florestal integrado (IFM na sigla em inglês) e atividades de Aflorestamento, Reflorestamento e Revegetação (ARR). REDD+ pode ser desenvolvido em nível de projeto ou a nível jurisdicional ou de programa. Para gerar créditos de carbono de **alta qualidade**, projetos de REDD+ e programas jurisdicionais devem seguir métodos consistentes com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês) para quantificação e uso de novas tecnologias de





monitoramento na medida do possível.

Até 2020, os padrões Climate, Community, and Biodiversity Standards (CCB), Verified Carbon Standard (VCS), Gold Standard for the Global Goals (GS4GG), e Plan Vivo (PV) haviam certificado 212 projetos de REDD+ no MVC, que devem emitir mais de 2,1 bilhões de créditos. 76 países têm projetos ou programas de REDD+, embora nem todas as atividades de REDD+ sejam certificadas para emitir créditos no MVC. REDD+ tornou-se mais popular entre os compradores voluntários nos últimos anos. Houve um grande salto nas emissões de crédito e aposentadorias de créditos REDD+ em 2017-2022 em comparação com todos os anos anteriores. A emissão anual de créditos para REDD+ cresceu 20 vezes desde 2016, quando foram emitidos 5,4 milhões de créditos, até 2021, quando foram emitidos mais de 108 milhões de créditos de REDD+, superando todos os anos anteriores e 2022.

Quase todos os créditos de REDD+ no MVC são emitidos sob o VCS. O VCS tem oito metodologias que suportam REDD+, embora esteja em processo de consolidação de todas as suas metodologias de DE em uma nova metodologia de REDD+. A PV emite uma pequena parcela dos créditos de REDD+ no MVC sob suas abordagens aprovadas "REDD em florestas com gerenciamento comunitário" e "prevenção do desmatamento".

JNR e ART/TREES fornecem metodologias para certificar créditos de REDD+ em escala jurisdicional que podem ser comercializados no VCM. As atividades de REDD+ sob esses padrões podem ser desenvolvidas por governos nacionais ou subnacionais ou, no caso de ART/TREES, por grupos indígenas com territórios suficientemente grandes. As primeiras Cartas de Intenção para transações envolvendo créditos jurisdicionais certificados sob ART/TREES foram assinadas em novembro de 2021. Em maio de 2023, havia 17 programas no registro ART/TREES. A Guiana é a primeira e, até agora, única jurisdição a ter sido emitida créditos ART/TREES. Até agora, nenhum crédito foi emitido sob a metodologia JNR da Verra.

Algumas atividades de REDD+ que geram créditos MVC são suportadas por programas de compra. Programas de compra de créditos nacionais de REDD+ geralmente definem suas próprias regras de programa. Dois programas de compra notáveis são o Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF na sigla em inglês) do Banco Mundial e o Fundo Verde para o Clima.

O FCPF tem dois fundos fiduciários – o Fundo de Prontidão e o Fundo de Carbono – que fornecem financiamento para estratégias nacionais de REDD+ e programas de REDD+ em grande escala, respectivamente. Assim como os padrões privados, o FCPF definiu

regras, na forma de um arcabouço metodológico, para certificar reduções de emissões de programas de REDD+. Até junho de 2023, o Fundo de Carbono do FCPF havia assinado Acordos de Pagamento de Redução de Emissões (ERPAs na sigla em inglês) com **15 países**.

Da mesma forma, o Fundo Verde para o Clima aloca fundos em relação às três fases de REDD+, de prontidão, implementação e PBR, com sua própria "estrutura de medição de desempenho para pagamentos baseados em resultados de REDD+". Em junho de 2023, o Fundo Verde do Clima fez PBR para **8 países**.

---

### **A implementação governamental do WFR e REDD+ é compatível com o engajamento no MVC?**

---

REDD+, como definido pelo WFR, é um mecanismo de PBR, como o MVC. No entanto, os requisitos de comunicação de informações sob do WFR são insuficientes para gerar créditos de redução e remoção de emissões de gases com efeito de estufa negociáveis de **alta qualidade**. Para que os créditos de REDD+ sejam negociados no MVC, os resultados devem atender aos requisitos de monitoramento, validação e verificação dos **padrões de carbono** do MVC.

No passado, houve mais demanda por créditos em nível de projeto do que por créditos jurisdicionais.

Projetos de REDD+ em nível jurisdicional receberam PBRs de agências bilaterais ou multilaterais, e projetos individuais elegíveis de REDD+ receberam pagamento por meio dos MVC ou mercados de cumprimento obrigatório. Recentemente, os créditos de REDD+ jurisdicional estão se tornando mais populares no MVC devido à percepção de que são de maior integridade. No entanto, em muitos casos, os programas de nível jurisdicional não têm a infraestrutura contábil para rastrear as emissões em escala e, sem esforços internacionais harmonizados para regular o vazamento e mudar os drivers econômicos do desmatamento, o REDD+ jurisdicional não é inerentemente mais provável de evitar vazamentos do que o REDD+ em nível de projeto.

A Iniciativa de Metas Baseadas na Ciência (SBTi na sigla em inglês), que está definindo diretrizes para reivindicações climáticas corporativas, recomenda a compra de créditos jurisdicionais de REDD+. O Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (CORSIA na sigla em inglês) da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) **autorizou exclusivamente** créditos REDD+ em escala jurisdicional. Em março de 2023, a OACI anunciou que aceitaria créditos ART/TREES de florestas densas, de baixo desmatamento (HFLD na sigla em inglês) como unidades elegíveis

sob o CORSIA. Até julho de 2023, **125 estados** haviam anunciado a intenção de participar do CORSIA a partir de janeiro de 2024. Em 2021, a coalizão Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance (**LEAF** na sigla em inglês), uma coalizão de compradores públicos e privados, mobilizou **US\$ 1 bilhão** para créditos jurisdicionais de REDD+. Outros compradores continuam a preferir REDD+ baseados em projetos, que são mais rápidos de implementar e para os quais os riscos são mais fáceis de controlar.

Programas e projetos de REDD+ trazem benefícios ambientais e sociais significativos. No entanto, eles não são isentos de riscos. Projetos de REDD+ podem ter linhas de base e expectativas de crédito inflacionadas, e programas jurisdicionais enfrentam o risco de reversão de políticas que prejudicam as atividades de proteção florestal. Os desenvolvedores de atividades de REDD+ têm sido criticados por não envolver **PIs&CLs** no projeto de atividades, falta de acordos apropriados de **distribuição de benefícios** e por deslocamento em vez de da redução de emissões. Apesar dos riscos, atividades de REDD+ bem projetadas têm um papel importante a desempenhar nos **esforços dos países** para cumprir suas NDCs sob o Acordo de Paris. REDD+ em nível jurisdicional se baseia na capacidade dos governos de influenciar o uso da terra e a mudança do uso da terra por meio

de políticas públicas. As atividades do MVC podem complementar esses esforços, atraindo financiamento rapidamente para áreas onde as florestas estão perdidas ou ameaçadas, e onde o alcance das políticas públicas é limitado.

---

## Leitura adicional

---

Chagas, T., Galt, H., Lee, D., Neeff, T., & Streck, C. (2020). *A close look at the quality of REDD+ carbon credits*. Retrieved from <https://climatefocus.com/wp-content/uploads/2022/06/A-close-look-at-the-quality-of-REDD-carbon-credits-2020-V2.0.pdf>

Morita, K., & Matsumoto, K. (2023). *Challenges and lessons learned for REDD+ finance and its governance*. *Carbon Balance and Management*, 18, 8. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10193719/>

Sylvera. (2022). *The State of Carbon Credits 2022: Volume 1. Spotlight on REDD+*. Retrieved from <https://www.sylvera.com/resources/the-state-of-carbon-credits-report#scroll-section>

UN-REDD Programme. (2022). *National Funding Mechanisms for REDD+: Lessons Learned and Success Factors*. Retrieved May 30, 2023, from <https://www.un-redd.org/sites/default/files/2022-03/Funding%20final.pdf>

Wunder, S., Duchelle, A. E., Sassi, C. de, Sills, E. O., Simonet, G., & Sunderlin, W. D. (2020). *REDD+ in Theory and Practice: How Lessons From Local Projects Can Inform Jurisdictional Approaches*. *Frontiers in Forests and Global Change*, 3, 11. <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/ffgc.2020.00011>

---

## Agradecimentos

---

Autores: Melaina Dyck, Charlotte Streck e Danick Trouwloon

Desenhista: Sara Cottle

Colaboradores: Leo Mongendre, Laura Carolina Sepúlveda e Theda Vetter

Tradução para português: Alan Ichilevici de Oliveira

Data de publicação: Outubro de 2023

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) é apoiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA). Os autores agradecem aos revisores e parceiros que generosamente contribuíram com conhecimento e experiência para este manual.